

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE ARCOS DE VALDEVEZ**

---

**Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015**

## Índice

Balanço .....	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas .....	5
Demonstração dos Resultados por Funções .....	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios .....	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	9
Anexo .....	10
1. Identificação da Entidade .....	10
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	10
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	11
3.1. Bases de Apresentação .....	11
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração .....	12
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros: .....	18
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	18
6. Ativos Intangíveis .....	19
7. Locações .....	20
8. Custos de Empréstimos Obtidos .....	20
9. Inventários .....	20
10. Rédito .....	21
11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes .....	21
12. Subsídios e Apoios do Governo .....	21
13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio .....	22
14. Imposto sobre o Rendimento .....	22
15. Instrumentos Financeiros .....	22
15.1. Investimentos Financeiros .....	22
15.2. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros .....	22
15.3. Clientes e Utentes .....	22
15.4. Outras contas a receber .....	22
15.5. Outros Ativos Financeiros .....	23
15.6. Caixa e Depósitos Bancários .....	23
15.7. Fornecedores .....	23
15.8. Estado e Outros Entes Públicos .....	23
15.9. Outras Contas a Pagar .....	23
15.10. Outros Passivos Financeiros .....	24

16. Benefícios dos empregados .....	24
17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	24
18. Outras Informações.....	24
18.1. Diferimentos .....	24
18.2. Fundos Patrimoniais.....	25
18.3. Subsídios, doações e legados à exploração .....	25
18.4. Fornecimentos e serviços externos .....	25
18.5. Outros rendimentos e ganhos .....	25
18.6. Outros gastos e perdas .....	26
18.7. Resultados Financeiros .....	26
18.8. Acontecimentos após data de Balanço.....	26

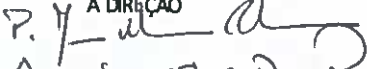
## Balço

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2015	31-12-2014
<b>Ativo</b>			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	456.351,42	471.305,69
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de Investimento			
Ativos Intangíveis			
Investimentos financeiros	15	196,67	60,17
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		456.548,09	471.365,86
Ativo corrente			
Inventários	9	31,92	27,42
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros Entes Públicos	15	886,12	504,8
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber	15	162.297,50	166.424,64
Diferimentos	18	3.356,66	2.288,18
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	15	37.102,67	66.668,19
Subtotal		203.674,87	235.458,91
<b>Total do Ativo</b>		<b>660.222,96</b>	<b>706.824,77</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
Fundos patrimoniais			
Fundos	18	684,34	684,34
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	18	456.529,59	468.499,70
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais	18	208.416,85	215.848,94
Resultado líquido do período		(37.035,86)	(11.970,11)
<b>Total do fundo do capital</b>		<b>628.594,92</b>	<b>673.062,87</b>
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	15	1.565,58	
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	15	7.652,53	7.496,99
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	18	-	3.993,35
Outras contas a pagar	15	22.409,93	22.271,56
Outros passivos financeiros			
Subtotal		31.628,04	33.761,90
<b>Total do passivo</b>		<b>31.628,04</b>	<b>33.761,90</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>660.222,96</b>	<b>706.824,77</b>

Arcos de Valdevez, 29 de Março 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Armando Victor Das Perceira

A DIREÇÃO  
P. Y.   
Armando Victor Das Perceira  
Rua do Brito Afonso

Henri Zell   
Henri Zell

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	10	92.867,84	89.468,63
Subsídios, doações e legados à exploração	12/18	255.049,23	259.028,73
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	(18.757,84)	(19.683,65)
Fornecimentos e serviços externos	18	(34.151,97)	(35.205,99)
Gastos com o pessoal	16	(312.773,00)	(328.364,96)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos	18	12.232,09	42.818,56
Outros gastos e perdas	18	(12.261,11)	(1.221,11)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(17.794,76)</b>	<b>6.840,21</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(19.378,35)	(19.762,99)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(37.173,11)</b>	<b>(12.922,78)</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	18	352,11	1.442,33
Juros e gastos similares suportados	18	(139,16)	(179,56)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>(36.960,16)</b>	<b>(11.660,01)</b>
Imposto sobre o rendimento do período	14	(75,70)	(310,10)
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>(37.035,86)</b>	<b>(11.970,11)</b>

Arcos de Valdevez, 29 de Março 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Armando Anter Dias Pereira

A DIREÇÃO

P. J. M. M.  
Armando Anter Dias Pereira  
Rua de Vila Remdas  
3700-000 Arcos de Valdevez  
Maria Jullia exp. F. A. G. P. de L.

## Demonstração dos Resultados por Funções

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	JARDIM INFÂNCIA	CRECHE	.....	PERÍODOS	
					2015	2014
Vendas e serviços prestados	10	59.937,92	32.929,92		92.867,84	89.468,63
Custo das vendas e dos serviços prestados	9	-12.098,81	-6.659,03		(18.757,84)	(19.683,65)
<b>Resultado bruto</b>		47.839,11	26.270,89		74.110,00	69.784,98
Outros rendimentos	12/18	145.668,32	121.613,00		267.281,32	301.847,29
Gastos de distribuição						
Gastos administrativos	5	-12.499,04	-6.879,31		(19.378,35)	(19.762,99)
Gastos de investigação e desenvolvimento						
Outros gastos	16/18	-204.946,89	-154.239,19		(359.186,08)	(364.792,06)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e im postos)</b>		-23.938,50	-13.234,61		(37.173,11)	(12.922,78)
Gastos de financiamento (líquidos)	18	137,35	75,60		212,95	1.262,77
<b>Resultados antes de im postos</b>		-23.801,15	-13.159,01		(36.960,16)	(11.660,01)
Im posto sobre o rendimento do período	14	-48,83	-26,87		(75,70)	(310,10)
<b>Resultado líquido do período</b>		-23.849,98	-13.185,88		(37.035,86)	(11.970,11)

Arcos de Valdevez, 29 de Março 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Armando Vitor Das Ferreira

DIREÇÃO

P. P. - *[assinatura]*  
 Armando Vitor Das Ferreira  
 esposa de Brito Fernando  
 Feições *[assinatura]*  
 Maria Zilda Cag *[assinatura]* - M. g. - *[assinatura]*

## Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe								Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transmigrados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014</b>	1	684,34	-	-	474.311,85	-	-	223.281,03	(5.812,15)	692.465,07	692.465,07
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis	2/18				(5.812,15)			(7.432,09)	5.812,15	(7.432,09)	(7.432,09)
Ajustamentos por impostos diferidos					(5.812,15)			(7.432,09)	5.812,15	(7.432,09)	(7.432,09)
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3								(11.970,11)	(11.970,11)	(11.970,11)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	4+2+3								(6.157,96)	(19.402,20)	(19.402,20)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Outras operações											
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2014</b>	5	684,34	-	-	468.499,70	-	-	215.848,94	(11.970,11)	673.062,87	673.062,87

Arcos de Valdevez, 29 de Março 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Armando Estor Dos Ferreira*

A DIREÇÃO

*P. 9-11-11*  
*Armando Estor Dos Ferreira*  
*Rua do Duto Amador*  
*Peixões, 3000-001 Bragança*

*Maria J. L. L. F. H. P. de Aze*

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transmidos	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários			
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015</b>	6, 18	684,34	-	-	468.499,70	-	-	215.849,94	(11.970,11)	-	-	673.062,87	-	673.062,87
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	18	-	-	-	(11.970,11)	-	-	(7.432,09)	11.970,11	(7.432,09)	-	(7.432,09)	-	(7.432,09)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	7	-	-	-	(11.970,11)	-	-	(7.432,09)	11.970,11	(7.432,09)	-	(7.432,09)	-	(7.432,09)
<b>RESULTADO EXTENSIVO</b>	8, 18	-	-	-	-	-	-	-	(37.035,86)	(37.035,86)	-	(37.035,86)	-	(37.035,86)
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	9-7+8	-	-	-	-	-	-	-	(25.065,75)	(44.467,95)	-	(44.467,95)	-	(44.467,95)
Fundos														
Subsídios, doações e legados														
Outras operações														
<b>POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2015</b>	10, 6+7+8+10	684,34	-	-	456.529,59	-	-	208.416,85	(37.035,86)	-	-	628.594,92	-	628.594,92

Arcos de Valdevez, 29 de Março 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

*Armando Victor Das Pereira*

A DIREÇÃO

*P. F. U. M. S.*  
*Armando Victor Das Pereira*  
*Pessoa cu Bordo Fernandes*  
*Presidente do Conselho de Administração*  
*Para a 1.ª Reunião do Conselho de Administração*



## Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2015	2014
<b>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de clientes e utentes	10/15	92.867,84	89.468,63
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas			
Pagamento a fornecedores	15	(51.348,73)	(65.648,45)
Pagamentos ao pessoal	16	(312.773,00)	(328.364,96)
Caixa gerada pelas operações		(271.253,89)	(304.544,78)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	14	(75,70)	(310,10)
Outros recebimentos/pagamentos	15/18	253.543,79	286.890,25
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(17.785,80)	(17.964,63)
<b>Fluxos de caixa das actividade de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	(4.424,08)	(7.366,22)
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros	15	(136,50)	(54,93)
Outras Ativos			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outras Ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares	18	352,11	1.442,33
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(4.208,47)	(5.978,82)
<b>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares	18	(139,16)	(179,56)
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento	18	(7.432,09)	(7.432,09)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(7.571,25)	(7.611,65)
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		(29.565,52)	(31.555,10)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	15	66.668,19	98.223,29
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15	37.102,67	66.668,19

Arcos de Valdevez, 29 de Março 2016

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Armando Victor Das Terana

A DIREÇÃO

Armando Victor Das Terana  
 Rosa de Brito Mendes  
 Rui de Sousa  
 Henrique F. N. P. de B.

## Anexo

### 1. Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial de Arcos de Valdevez é uma pessoa coletiva religiosa, constituída sob a forma de instituição particular de solidariedade social, com sede no Jardim dos Centenários, freguesia de S. Paio, concelho de Arcos de Valdevez. A instituição tem como atividade, a prestação de serviços, nas valências de creche e educação pré-primária, essencialmente, de forma a prosseguir os seguintes objetivos:

- Proporcionar o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física, durante o afastamento parcial do seu meio familiar através de um atendimento individualizado;
- Colaborar estreitamente com a família numa partilha de cuidados e responsabilidades em todo o processo evolutivo das crianças;
- Colaborar de forma eficaz no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado;
- Promover o desenvolvimento pessoal e social da criança e proporcionar-lhe condições de bem-estar e segurança;
- Contribuir para a igualdade de oportunidades no acesso à escola e para o sucesso da aprendizagem e desenvolver a expressão e a comunicação através da utilização de linguagens múltiplas como meios de relação, de informação, de sensibilização estética e de compreensão do mundo;
- Despertar a curiosidade e o pensamento crítico; proceder à despistagem de inadaptações, deficiências e precocidades, promovendo a melhor orientação e encaminhamento da criança; incentivar a participação das famílias no processo educativo e estabelecer relações de efetiva colaboração com a comunidade;
- Apoiar a família através de fornecimento de refeições e de prolongamentos de horários com atividades de animação sócio-educativa.

### 2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2015 as demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2012 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2012 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2012 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2012 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2010, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

### 3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela entidade na elaboração das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### 3.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

##### 3.1.1. Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas de devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

##### 3.1.3. Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

##### 3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

##### 3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

##### 3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

## 3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

### 3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	6 e 8 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento biológico	-
Equipamento administrativo	3 e 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	4 e 10 anos

A entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que estas encontram-se refletidas na demonstração dos resultados nas rubricas outros rendimentos operacionais ou outros gastos operacionais.

### 3.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os bens do património histórico e cultural encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta variações nos fundos patrimoniais.

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil.

Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

### 3.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica aumentos/reduções de justo valor, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica propriedades de investimento em desenvolvimento, até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como variação de valor das propriedades de investimento, que tem reflexo direto na demonstração dos resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, imposto municipal sobre imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da demonstração dos resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

### 3.2.4. Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projectos de Desenvolvimento	3 anos
Programas de Computador	-
Propriedade Industrial	-
...	
Outros Ativos intangíveis	3 anos

O valor residual de um ativo intangível com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

### 3.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os investimentos financeiros são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Badwill* (ou *Negative Goodwill*) quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

### 3.2.6. Inventários

Os Inventários estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

### 3.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos Instrumentos Financeiros com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
  - Alterações no risco segurado;
  - Alterações na taxa de câmbio;
  - Entrada em incumprimento de uma das partes;
  - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
    - Alterações no preço do bem locado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

### Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

### Clientes e outras contas a Receber

Os clientes/utentes e as outras contas a receber encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

### Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

### Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em fornecedores e outras contas a pagar são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.8. Fundos Patrimoniais**

A rubrica fundos patrimoniais constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os fundos patrimoniais são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

### **3.2.9. Provisões**

Periodicamente, a entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



**3.2.10. Financiamentos Obtidos****Empréstimos obtidos**

Os empréstimos obtidos encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os encargos financeiros são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica juros e gastos similares suportados.

**Locações**

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do regime do acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de fornecimentos e serviços externos.

**3.2.11. Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

*“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:*

- a) *Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento*

no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da entidade dos anos de 2012 a 2015 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

#### 4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

#### 5. Ativos Fixos Tangíveis

##### Bens do domínio público

A entidade não usufrui de ativos fixos tangíveis do domínio público.

##### Bens do património histórico, artístico e cultural

A entidade não detém bens do património histórico, artístico e cultural.

##### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2014 e de 2015, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	667.243,58	1.353,00	-	-	-	668.596,58
Equipamento básico	80.589,00	6.013,22	-	-	-	86.602,22
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	53.956,31	-	-	-	-	53.956,31
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>801.788,89</b>	<b>7.366,22</b>	-	-	-	<b>809.155,11</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	197.954,05	15.774,81	-	-	-	213.728,86
Equipamento básico	72.316,54	2.390,68	-	-	-	74.707,22
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	47.815,84	1.597,50	-	-	-	49.413,34
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>318.086,43</b>	<b>19.762,99</b>	-	-	-	<b>337.849,42</b>

	Saldo em 01-Jan-2014	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2014
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	668.596,58	2.931,25	-	-	-	671.527,83
Equipamento básico	86.602,22	1.492,83	-	-	-	88.095,05
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	53.956,31	-	-	-	-	53.956,31
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>809.155,11</b>	<b>4.424,08</b>	-	-	-	<b>813.579,19</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	213.728,86	15.833,44	-	-	-	229.562,30
Equipamento básico	74.707,22	2.382,33	-	-	-	77.089,55
Equipamento de transporte	-	-	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	49.413,34	1.162,58	-	-	-	50.575,92
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>337.849,42</b>	<b>19.378,35</b>	-	-	-	<b>357.227,77</b>

	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2015
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	-	-	-

### Propriedades de Investimento

No que concerne às propriedades de investimento não existem movimentos ocorridos, nos períodos de 2014 e 2015.

## 6. Ativos Intangíveis

### Bens do domínio público

A entidade não usufrui de ativos fixos intangíveis do domínio público.

**Outros Ativos Intangíveis**

A entidade detém outros ativos intangíveis nos períodos de 2014 e de 2015.

	Saldo em 01-Jan-2014	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2014
<b>Custo</b>						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	1.149,50	-	-	-	-	1.149,50
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.149,50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.149,50</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	842,93	306,57	-	-	-	1.149,50
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>842,93</b>	<b>306,57</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.149,50</b>

	Saldo em 01-Jan-2015	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2015
<b>Custo</b>						
<i>Goodwill</i>	-	-	-	-	-	-
Projectos de Desenvolvimento	1.149,50	-	-	-	-	1.149,50
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.149,50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.149,50</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Projectos de Desenvolvimento	1.149,50	-	-	-	-	1.149,50
Programas de Computador	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos intangíveis	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.149,50</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.149,50</b>

**7. Locações**

A entidade não detém ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

**8. Custos de Empréstimos Obtidos**

A instituição não tem encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos em 2015 e 2014.

**9. Inventários**

Em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 a rubrica inventários apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2014	Compras	Redassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2014	Compras	Redassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2015
<i>Mercadorias</i>	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	122,65	19.588,42	-	27,42	18.762,34	-	31,92
Produtos Acabados e Intermedios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>122,65</b>	<b>19.588,42</b>	<b>-</b>	<b>27,42</b>	<b>18.762,34</b>	<b>-</b>	<b>31,92</b>

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	19.583,65	18.757,84
Variações nos inventários da produção	-	-

De referir que os valores da rubrica matérias-primas, subsidiárias e de consumo se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 31,92 €;
- Matérias Subsidiárias: 0,00 €;
- Matérias de Consumo: 0,00 €.

## 10. Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2015	2014
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	92.867,84	89.468,63
Quotas dos utilizadores	-	-
Quotas e Jóias	-	-
Mensalidades e participações dos utentes	92.867,84	89.468,63
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
<b>Total</b>	<b>92.867,84</b>	<b>89.468,63</b>

## 11. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

### Provisões

Nos períodos de 2014 e 2015, não ocorreram movimentos na rubrica de provisões.

### Passivos contingentes

A entidade não tem evidências de passivos contingentes.

### Ativos contingentes

A entidade não tem evidências de ativos contingentes.

## 12. Subsídios e Apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de subsídios do governo e apoios do governo:

Descrição	2015	2014
<b>Subsídios do Governo</b>	<b>6.558,14</b>	<b>13.486,70</b>
Projeto n.º 0233/EE/13	2.383,47	7.150,41
Projeto n.º 1220/ME/13	-	1.746,00
Projeto n.º 0038/TU/13	348,17	1.013,71
Projeto n.º 0057117/MIE/13	94,07	55,12
Projeto n.º 002/CEI+/14	1.131,90	3.395,70
Projeto n.º 118/CEI/14	129,78	125,76
Projeto n.º 035/CEI+/15	765,92	-
Projeto n.º 0239/EC/15	1.704,83	-
<b>Apoios do Governo</b>	<b>248.491,09</b>	<b>245.542,03</b>
Comparticipação ISS - Creche	107.996,89	104.475,39
Comparticipação ISS - Jardim de Infância	117.048,96	117.717,04
Comparticipação PED - Jardim de Infância	23.445,24	23.349,60
<b>Total</b>	<b>255.049,23</b>	<b>259.028,73</b>

### 13. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Os movimentos efetuados não apresentam qualquer efeito de alteração em taxas de câmbio.

### 14. Imposto sobre o Rendimento

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), as instituições particulares de solidariedade social e entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas, quando os rendimentos obtidos estão consignados à sua missão e respetivos fins estatutários.

Importa referir que nos períodos de 2015 e 2014, a entidade foi sujeita a retenção na fonte de capitais, segundo a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
IRC Liquidado	75,70	310,10
Tributação Autónoma	-	-
<b>Total</b>	<b>75,70</b>	<b>310,10</b>

### 15. Instrumentos Financeiros

#### 15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2015 e 2014, a entidade possui os seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2015	2014
<b>Investimentos noutras empresas</b>	<b>196,67</b>	<b>60,17</b>
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	196,67	60,17
Perdas por Imparidade Acumuladas	-	-
<b>Total</b>	<b>196,67</b>	<b>60,17</b>

#### 15.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a entidade não apresentava saldos na rubrica referida em epígrafe.

#### 15.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2015 e 2014 a rubrica clientes não apresenta saldos a desagregar.

#### 15.4. Outras contas a receber

A rubrica de outras contas a receber tinha, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Descrição	2015	2014
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos (PED)	24.452,33	23.349,60
Outros devedores (Fábrica Igreja+Igreja Lapa+IEFP+POPH)	137.845,17	143.075,04
...	-	-
Perdas por Imparidade	-	-
<b>Total</b>	<b>162.297,50</b>	<b>166.424,64</b>

**15.5. Outros Ativos Financeiros**

A entidade não detém, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, quaisquer investimentos em outras entidades.

**15.6. Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica de caixa e depósitos bancários, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2015	2014
Caixa	3.228,36	3.265,06
Depósitos à ordem	8.585,81	13.344,63
Depósitos a prazo	25.288,50	50.058,50
Outros	-	-
<b>Total</b>	<b>37.102,67</b>	<b>66.668,19</b>

**15.7. Fornecedores**

O saldo da rubrica de fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Fornecedores c/c	1.565,58	-
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
<b>Total</b>	<b>1.565,58</b>	<b>-</b>

**15.8. Estado e Outros Entes Públicos**

A rubrica de Estado e outros Entes Públicos está dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	50,48
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	886,12	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>886,12</b>	<b>50,48</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1.809,00	1.855,00
Segurança Social	5.843,53	5.641,99
Outros Impostos e Taxas	-	-
<b>Total</b>	<b>7.652,53</b>	<b>7.496,99</b>

**15.9. Outras Contas a Pagar**

A rubrica de outras contas a pagar desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2014	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
<b>Fornecedores de Investimentos</b>	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	20.758,36	-	20.893,42
Outros credores	-	1.651,57	-	1.378,14
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>22.409,93</b>	<b>-</b>	<b>22.271,56</b>

**15.10. Outros Passivos Financeiros**

Os outros passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 não apresentam movimentos.

**16. Benefícios dos empregados**

O número de membros dos órgãos diretivos/sociais, nos períodos de 2015 e 2014, foram, respetivamente seis.

Os órgãos diretivos/sociais da entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da entidade em 31/12/2015 e 31/12/2014, foi de vinte e uma.

Os gastos que a entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2015	2014
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	255.048,80	240.480,97
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	50.739,00	47.258,35
Seguros AT e Doenças Profissionais	2.762,83	3.456,45
Gastos de Acção Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	4.222,37	37.169,19
<b>Total</b>	<b>312.773,00</b>	<b>328.364,96</b>

**17. Divulgações exigidas por outros diplomas legais**

A entidade não apresenta dívidas ao estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

**18. Outras Informações**

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

**18.1. Diferimentos**

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica diferimentos englobava os seguintes saldos:

Descrição	2015	2014
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros (Escolar + AT + MR)	2.340,42	2.288,18
Eletricidade	1.016,24	-
Outros	-	-
...	-	-
<b>Total</b>	<b>3.356,66</b>	<b>2.288,18</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Sub. IEFP - Projeto n.º 0038/TU/13	-	348,17
Sub. IEFP - Projeto n.º 0233/EE/13	-	2.383,47
Sub. IEFP - Projeto n.º 002/CEI+/14	-	1.131,90
Sub. IEFP - Projeto n.º 118/CEI/14	-	129,81
...	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.993,35</b>



**18.2. Fundos Patrimoniais**

Nos fundos patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2015	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2015
Fundos	684,34	-	-	684,34
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	468.499,70	-	(11.970,11)	456.529,59
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	215.848,94	-	(7.432,09)	208.416,85
<b>Total</b>	<b>685.032,98</b>	<b>-</b>	<b>(19.402,20)</b>	<b>665.630,78</b>

**18.3. Subsídios, doações e legados à exploração**

A entidade não apresenta movimentos, nos períodos de 2015 e 2014, nas rubricas de subsídios, doações, heranças e legados.

**18.4. Fornecimentos e serviços externos**

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014, foi a seguinte:

Descrição	2015	2014
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	8.300,85	9.615,56
Materiais	2.707,09	2.454,33
Energia e fluidos	7.881,67	10.282,82
Deslocações, estadas e transportes	3.150,00	2.725,00
Serviços diversos (*)	12.112,36	10.128,28
Limpeza, higiene e conforto	3.733,47	3.578,80
Outros serviços	6.905,25	4.906,01
Honorários/Seguros	6.478,00	6.150,02
<b>Total</b>	<b>34.151,97</b>	<b>35.205,99</b>

**18.5. Outros rendimentos e ganhos**

A rubrica de outros rendimentos e ganhos encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Rendimentos Suplementares	4.800,00	3.946,18
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	0,10
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	-
Outros rendimentos e ganhos	7.432,09	38.872,28
<b>Total</b>	<b>12.232,09</b>	<b>42.818,56</b>

**18.6. Outros gastos e perdas**

A rubrica de outros gastos e perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2015	2014
Impostos	1.158,45	-
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dividas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	11.102,66	1.221,11
<b>Total</b>	<b>12.261,11</b>	<b>1.221,11</b>

**18.7. Resultados Financeiros**

Nos períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2015	2014
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	-	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	139,16	179,56
<b>Total</b>	<b>139,16</b>	<b>179,56</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	352,11	1.442,33
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
<b>Total</b>	<b>352,11</b>	<b>1.442,33</b>
<b>Resultados financeiros</b>	<b>212,95</b>	<b>1.262,77</b>

**18.8. Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2015.


Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Arcos de Valdevez, 29 de março de 2016

O Contabilista Certificado



A Direção

  
 Armando Victor Dos Santos  
 Para de Brito Mendes  
 Associação Cap. Fin. Agr. Paio de L. L.  
 Rua de São João, 100 - 4970-433 Arcos S. Paio AVV